

POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL EM TRÂMITE NA CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: A VISÃO DOS VEREADORES

Ana Cecília Pacheco¹, Daniel Moraes Pinheiro²

¹ Acadêmica do Curso de Administração Pública – bolsista PIVIC/UDESC.

² Orientador, Departamento de Administração Pública da ESAG – daniel.m.pinheiro@gmail.com.

Palavras-chave: Mobilidade sustentável. Desenvolvimento sustentável. Mobilidade urbana.

Florianópolis é uma cidade que possui uma situação favorável para implementação de políticas públicas de mobilidade sustentável, considerando-se como fator positivo os atrativos naturais e, como motivadores para a adoção, os problemas atuais de mobilidade, causados pela geografia ou pelas características atuais da população. O objetivo geral deste trabalho foi identificar políticas públicas municipais de mobilidade sustentável em trâmite no município de Florianópolis. Foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) apresentar conceitos de Mobilidade Sustentável; (ii) apresentar conceitos de políticas públicas; (iii) pesquisar casos de mobilidade sustentável em Florianópolis; (iv) identificar atores relevantes para a identificação de políticas públicas de mobilidade sustentável em Florianópolis; (v) identificar junto a esses atores as políticas públicas de mobilidade sustentável em tramitação em Florianópolis. O estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Foi realizada entrevista com vereadores de Florianópolis para identificar o ponto de vista e conhecimento de cada um deles em relação ao tema analisado. Somente três vereadores de Florianópolis se sentiram aptos a responder, número inferior às expectativas da pesquisa. A entrevista, processo cuja maior vantagem está na interação pesquisador e entrevistado (COSTA e COSTA, 2001) ocorreu de forma estruturada, sendo elaborado um roteiro de entrevista prévio. Por questões éticas inerentes ao processo qualitativo (MARTINS, 2004), para não expor nenhum vereador, estes foram categorizados como “E1”, “E2” e “E3”. Para E1, mobilidade urbana é “o tráfego de pessoas e veículos dentro do perímetro urbano de uma cidade”. E2 complementa essa visão, levando em consideração que existem vários tipos de modais para a ocorrência dessa atividade. Para ele mobilidade urbana é “a capacidade das pessoas se locomoverem dentro dos limites da cidade utilizando as mais diferentes maneiras, através de diversos modais, podem estes serem: públicos, privados, individuais, coletivos, sustentáveis, etc.”. Boareto (2003, p. 45) afirma que “as cidades constituem o palco das contradições econômicas, sociais e políticas e o sistema viário é um espaço em permanente disputa entre pedestres, automóveis, caminhões, ônibus e motos”. A resposta de E3 segue esta linha ao retratar o problema da mobilidade urbana na cidade de Florianópolis. Para E3 mobilidade urbana “é a forma com que as pessoas e coisas se locomovem dentro do perímetro urbano, sendo que em Florianópolis, esta questão praticamente inexiste, faltando políticas públicas para se discutir e resolver este problema. Atualmente, o problema se encontra na falta de integração entre os demais modais, bem como com o transporte das regiões da grande Florianópolis”. Quanto ao termo mobilidade sustentável, para E1 é a forma de locomoção que não prejudica o meio ambiente inibindo a liberação de poluentes e promove a integração dos meios de transportes. Já E2 entende como “a utilização de modais não poluentes, socialmente mais acessíveis e que se sustentem ao longo dos anos e das evoluções sociais, seja

pela forma de energia utilizada ou pela capacidade de suporte das cidades (ruas, avenidas), tendo como exemplos de modais sustentáveis o andar a pé, de bicicleta etc.”. A percepção do vereador aproxima-se do conceito de Boareto (2003) ao afirmar que a mobilidade sustentável deve ser socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável, baseado nas pessoas e não nos veículos. E3 afirma que mobilidade sustentável é “aquela em que se utiliza o transporte que melhor se enquadre às questões ambientais, primando pelo transporte público em detrimento do privado, melhorando assim a mobilidade urbana”. Para Boareto (2008, p. 159), “a implementação de mobilidade sustentável também envolve o reconhecimento dos meios não motorizados de transporte e a priorização efetiva dos modos coletivos”. E3 conclui sua resposta apontando que “[...] ocorre que na prática a utilização prioritária de transporte público não ocorre pela ineficiência do poder público, com passagens caras e sistema desintegrado”. Além desses fatores citados pelo vereador, outros motivos que levam as pessoas a não escolherem o transporte coletivo de Florianópolis, segundo o PLAMUS (2014), é o longo tempo de espera e do percurso da viagem. Ao serem questionados se possuem conhecimento de alguma política pública de mobilidade sustentável em tramitação na Câmara Municipal de Florianópolis, E1 responde que “não conhece nada”. E2 afirmou que no mandato passado 2013-2016, “diversas políticas públicas foram empregadas, tendo como principais a aprovação da lei das ciclorrotas”. O vereador afirma que existe, nesse momento, “[...] em tramitação aqui na câmara o projeto que prevê a permissão do transporte hidroviário de forma ampla, o qual neste momento permite apenas o transporte entre Lagoa da Conceição e Costa da Lagoa”. O quarto questionamento foi a respeito da existência de projetos de política pública de mobilidade sustentável para a cidade. E1 tem conhecimento apenas da Lei Municipal n. 10.092/2016 que permite o financiamento com o BID para o programa de infraestrutura viária de Florianópolis, que tem a mobilidade sustentável como um dos propósitos; E2 informou o conhecimento por um projeto antigo, o programa de padronização das calçadas da cidade; e E3 afirmou apenas que tem sido discutida na Câmara a questão das ciclovias e ciclofaixas, sem nomear nenhum projeto específico. Fica perceptível, portanto, que os vereadores entrevistados possuem conhecimento do problema da mobilidade urbana na cidade, mas não pensam em melhorias para esse problema, não se envolvendo com nenhum projeto, ou demonstrando certo desconhecimento ou desinteresse pelo assunto, especialmente, quando se trata especificamente de mobilidade sustentável. O fato é corroborado pela não adesão de outros vereadores à participação na pesquisa.

Referências

- BOARETO, R. A mobilidade urbana sustentável. **Revista dos Transportes Públicos**, ANTP, ano 25, p. 45-56, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/s1wUSi>>. Acesso em: 2018.
- BOARETO, R. A política de mobilidade urbana e a construção de cidades sustentáveis. **Revista dos Transportes Públicos**, ANTP, ano 30/31, 2008.
- COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Metodologia da pesquisa**: Conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/QSSFHv>>. Acesso em: 2018.
- PLAMUS Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis. **Reunião Rede Cicloviária**. 16 dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/M7YNSJ>>. Acesso em: 2018.